

IMAGINÁRIO, EMANCIPAÇÃO E COLONIALIDADE: estudo das intervenções sociais no movimento dos fundos de pasto da Bahia

Luiz Antonio Ferraro Junior*

Marcel Bursztyn**

RESUMO

Intervenções sociais, se presas à modernidade-colonialidade, tendem a homogeneizar os grupos sociais e a impor-lhes imagens preconcebidas de futuro, que não emergem da base. A pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da análise de documentos das diferentes instituições envolvidas com os fundos de pasto, da observação participante em momentos de intervenções e de entrevistas com técnicos e agricultores permitiu a compreensão de três categorias distintas de intervenção, a saber, comunitaristas, modernizantes e pós-modernas. As comunidades de fundos de pasto da Bahia, por suas idiossincrasias, requereriam um diálogo ainda mais cuidadoso. Não obstante, as intervenções ali realizadas têm se revelado reprodutoras da colonialidade, mesmo aquelas que visam a simples conservação do passado comunitarista. Alteridade e racionalidade, conceitos aparentemente não convergentes, podem apoiar a emancipação da colonialidade nas intervenções. Isto depende do desocultamento da diversidade, da quebra da hegemonia da racionalidade instrumental e da humanização do encontro. O aprofundamento da racionalidade e alteridade nas intervenções nas comunidades e instituições ocorrerá pela abertura de espaços de locução e agenciamento das enunciações.

Palavras-chave: Intervenção Social – Colonialidade – Racionalidade Instrumental – Alteridade – Fundos de pasto

ABSTRACT

IMAGINARY, EMANCIPATION AND COLONIALITY: a study of social interventions in the “fundos de pasto” movement – Bahia/Brazil

When social interventions are related to *coloniality*, they tend to homogenize social groups and to impose preconceived strategies for the future, which do not raise bottom-up. The qualitative research, developed through document analysis, participatory observation while social interventions were implemented and interviews were realized

* Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB). Professor adjunto da UEFS. Endereço institucional: Equipe de Estudos e Educação Ambiental –UEFS Av. Transnordestina, s/n, Bairro Novo Horizonte, CEP 44036-900 Feira de Santana-BA.E-mail: ferraroluiz@yahoo.com.br.

** Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social (Univ. Paris I - Panthéon Sorbonne). Professor associado da UNB.E-mail: marcel.cds@gmail.com

with employees and peasants, revealed three different categories of intervention: communitarians, modernizers and post-modern. Traditional communities in general, as is the case of “fundos de pasto”, due to their idiosyncrasies, require a careful dialogue. However, public interventions focused on those communities have proven to reinforce *coloniality*. The concepts of alterity and rationality do not converge in such interventions, and thus emancipation from *coloniality* is unreachable. It would be necessary to unveil the actual diversity by means of humanizing the “meeting” and breaking the hegemony of instrumental rationality. In order to deepen rationality and respect alterity, interventions should depend on widening communicative spaces within communities and institutions.

Keywords: Social interventions – – alterity – instrumental rationality – fundos de pasto

Introdução

Este artigo reflete a pesquisa sobre intervenções sociais nos fundos de pasto (FP), realizada entre 2003 e 2008. Toda intervenção social corre o risco do autoritarismo, mesmo quando se pretende praxiológica e democrática. Tais riscos são ainda mais facilmente observáveis quando se tratam de agentes externos em comunidades tradicionais. Quais os limites e desafios às intervenções sociais em um contexto peculiar como o dos FP?

FP são cerca de 20 mil famílias distribuídas em 500 comunidades do sertão baiano. Vivem em áreas não cercadas de caatinga utilizadas para pastoreio comunal, extrativismo vegetal e agricultura de subsistência. Este modo de ocupação da terra, constituído há mais de 200 anos, vem sofrendo ameaças de grileiros e mineradoras. A formulação da maior parte dos agentes externos é refém da colonialidade, entendida como situação na qual replica-se a ideologia dominante.

Ideologias, mais ou menos explícitas, têm se misturado às visões de futuro sobre os FP. Diferentes atores e as suas diferentes concepções políticas tentam imprimir forças diretivas sobre eles. Se isto, por um lado, diversifica as propostas que chegam às comunidades, por outro, dispersa a força para uma eventual estratégia coletiva.

Para Arendt (2000), a pluralidade é a *condição pela qual* da política. Definir o bem comum em condição de pluralidade é a própria política. A pluralidade é incompatível com a colonialidade (SANTOS, 2005); nesta, um ator social luta por

impor o seu projeto político sobre outros grupos, buscando a hegemonia de um padrão de desejabilidade particular. Para Zea (1988), a verdadeira barbárie consiste na negação da diversidade humana, que coisifica homens e povoados para melhor utilizá-los.

Um modelo de desenvolvimento centrado no espaço urbano e na inclusão ao universo de consumo implica na homogeneização das formas de ser e estar no mundo, na perda da diversidade cultural, na submissão de modos de vida a outro, tido como superior.

Para Marx e Engels (1998), é a burguesia quem compele o povo ao seu modo de produção e à sua concepção de civilização. A colonialidade, como conceito, transcende esta acepção materialista da ideologia. Os dualistas-funcionalistas só percebem o mundo em uma lógica binária, como dominados-dominantes (SAHLINS, 1979). A civilização industrial cria seu próprio contexto mundial, uma cidade universal que determina as condições de existência, independente da cultura local (BARTHOLO, 1984). Nem a classe, nem a civilização, mas o próprio homem ocidental é quem busca ordenar o mundo à sua imagem e semelhança, por meio da expansão racionalizadora, civilizadora e colonizadora (LARROSA & SKLIAR, 2001). Para Castoriadis (1982), este mal se iniciou quando Heráclito teria dito “não escutem a mim, mas ao *logos*”¹, quando de fato sempre se escuta alguém e

¹ *Logos*, em grego, significa palavra. A partir de Heráclito, *logos* passou a ser, para a filosofia, sinônimo de razão

os seus argumentos, nunca o *logos*. Ao referir-se ao próprio discurso como o *logos*, o sujeito pretende-se a própria verdade. Assim, é possível localizar a vontade de dominação, legitimada por uma razão, na constituição do pensamento ocidental e nas suas raízes gregas.

A sociedade contemporânea constrói uma organização, economia, subjetividade e educação hegemônicas. É a monocultura da racionalidade da ciência (SANTOS, 1999). O imaginário social de nossa época reveste-se de uma aparente neutralidade, criando condições para uma adesão sem crítica à imagem oferecida pelo sistema (CASTORIADIS & COHN-BENDIT, 1981).

Estas construções simbólicas criam a sensação de “fim da história”, de que se vive no *reino da ortodoxia utópica* (TASSARA, 1998). Assim, dominantes e dominados partilham das mesmas representações e reforçam o domínio como consenso sobre a subordinação. Mesmo tendo desaparecido como regime político, houve uma manutenção do colonialismo como relação social; é a colonialidade do poder e do saber (SANTOS, 2005). É um sistema simbólico (BOURDIEU, 2006), um poder invisível exercido com a cumplicidade de todos. A modernidade-colonialidade, e não a simples modernidade, define melhor a América Latina pós-colonial. Esta percepção permite superar a limitação da metáfora do sistema-mundo-moderno e compreendê-lo como sistema-mundo-moderno/colonial (MIGNOLO, 2005).

O reconhecimento da colonialidade permite a percepção dos aspectos conflitivos do imaginário e sua oposição à diversidade social. O imaginário na América Latina é cindido em uma dupla consciência conflitiva, que pode rejeitar a Europa, mas a mantém como referência (MIGNOLO, 2005).

[...] a veemência com que se colocava em Jefferson e em Bolívar a separação com a Europa era, ao mesmo tempo, motivada por se saberem e se sentirem, em última instância, europeus nas margens, europeus que não o eram, mas que no fundo queriam sê-lo. [...] a característica dessa dupla consciência não era racial, mas geopolítica, e se definia na relação com a Europa. (MIGNOLO, 2005, p. 84).

O imaginário geopolítico de qualquer pessoa é limitado pela sua socialização, comprometida com

a colonialidade, aportando soluções vinculadas ao pensamento/mundo burguês, com referências éticas, estéticas e políticas produzidas desde um centro produtor de conhecimento, o norte geopolítico. Há, assim, uma construção geopolítica da pobreza, na qual o sujeito fora do centro produtor de referências encontra-se sempre em condição de escassez (TASSARA & DAMERGIAN, 1996). Qualquer narrativa contemporânea que ignore o impacto das relações coloniais sobre as modernas relações de poder é incompleta e, pior, ideológica. A subjetivação que permite a manutenção das relações tuteladas consiste em tratar o colonizado como o *outro da razão*, operação que “justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 174). Para Bosi (1973), o advento da cultura de massa potencializou a colonização da alma humana, cujos domínios são a inteligência, a vontade, o sentimento e a imaginação.

As elites são intermediadoras do pensamento universal num círculo nacional, não havendo condições mínimas para a maturação do novo (FAORO, 1997). Nos países periféricos há uma “herodianização” das elites (BARTHOLO, 1984), que se sentem como Herodes na Palestina, culturalmente romanos, mas exilados de sua origem. Ao verem as hordas palestinas e bárbaras, segundo os critérios de sua romanidade, percebem-se miseravelmente exiladas.

“Para que uma troca simbólica funcione, é preciso que ambas as partes tenham categorias de percepção e de avaliação idênticas” (BOURDIEU, 1996, p. 168). Assim, fazer com que o outro aceite suas categorias como universais é condição da reprodução da colonialidade.

Weil (2001) fala do papel desenraizador da educação moderna pelo seu descomprometimento e desvinculação com a vida real. A educação bancária, ação antidialógica que meramente disponibiliza conteúdos previamente selecionados, trata o educando como receptor (Freire, 1974). Está em sintonia com o projeto civilizador que visa europeizar os bárbaros. Tudo está prescrito.

Sem raízes, educadores populares e/ou ambientais, professores, extensionistas, agentes de saúde, de pastorais ou de desenvolvimento tendem

a propalar um progresso autojustificado, preme de valores universais, de um futuro cujos mistérios desvelam-se por si e não conosco. Estes sujeitos tornam-se ideólogos do utopismo automático da modernidade (SANTOS, 2002). São agentes do letramento, pelo qual o sujeito inscreve-se no mundo social com base na cultura erudita, à qual as pessoas não se incorporam totalmente, reunindo apenas alguns de seus elementos. Há um subletramento e, portanto, uma condição pessoal de colonialidade. Se na oralidade o sujeito dominava o seu mundo, no subletramento carrega caixas-pretas que não domina. O sujeito depende de adquirir conhecimento dos sistemas perito (GIDDENS, 1991). Esta condição dependente facilita seu papel como reproduzidor da colonialidade e da cultura da escassez.

Os agentes da modernização tecem uma teia que premia quem melhor adere. É como um grande sistema behaviorista. São encontros regidos pela economia de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2004). O sujeito busca, por esperança das recompensas, promover adesão aos conteúdos que detém. Ao fazê-lo, cria ramificações dentro da teia que o premiará.

A modernidade industrial capitalista, como o socialismo real, são desenraizadores do homem, da criação, da tradição e da história. O desenraizamento é uma doença que multiplica a si própria (WEIL, 2001). O desenraizado está deslocado do tempo e da história, sem contato com a memória de seu povo (SAFRA, 2002).

Não há equivalência automática entre transformação social e emancipação, entre mudança e liberdade. Mesmo um projeto transformador pode requerer padronização de comportamentos e controle sobre seus participantes. Assim, infantilizam os oprimidos e legitimam a tutela de seus libertadores.

Ao discutir a metodologia de diagnóstico em um projeto em FP, um técnico disse: “vamos fazer este diagnóstico, mas é fazer por fazer porque eu já sei o que eles precisam, conheço muita realidade igual esta aqui.” Ou seja, ele não precisa nem olhar. Zaoual (2003) assinala que diagnósticos precipitados são procedimentos típicos dos peritos em desenvolvimento. Os projetos sociais aspiram, em geral, a inclusão dos atendidos em um quadro preconcebido de desejabilidade (TASSARA, 2002).

Tais constatações não configuram uma inexorabilidade da reprodução da colonialidade nas intervenções sociais. Para Foucault, todos estariam presos à repetição e ao reengendramento das próprias grades, imunes à esperança e à imaginação (BERMAN, 2007). Crer que é da natureza humana alienar-se nos símbolos que emprega significa abolir toda possibilidade de liberdade. É possível buscar uma práxis histórica que transforma o mundo ao mesmo tempo em que se transforma (CASTORIADIS, 1982). Uma ação no mundo que permanece lúcida sobre si mesma, não se alienando em uma nova ideologia.

A alteridade e a racionalidade são conceitos que configuram possíveis antídotos. A alteridade possibilita o enfrentamento da desumanização ocorrida na reificação provocada pelas relações capitalistas e está intimamente relacionada ao desocultamento da diversidade humana que, ao revelar-se, quebra a hegemonia da modernidade/colonialidade.

A diversidade de caminhos fora da colonialidade surgiria pela quebra do monopólio de interpretação detido pela racionalidade instrumental. A saída da condição de colonialidade, implícita neste monopólio de interpretação, se daria pelo discurso argumentativo desenvolvido por comunidades interpretativas. Cada indivíduo e cada coletivo precisam retomar seu lugar como produtores de significados.

Ideologia e alienação são faces do mesmo processo que naturaliza a realidade e oculta os aspectos das relações socioeconômicas que, quando expostos, seriam contestados. A heteronomia, a inclusão passiva em uma ordem preexistente, é superável pela reflexão crítica e pela constituição de espaços públicos de atuação e realização humana (CASTORIADIS, 1982). Bourdieu (1996) assinala a importância de compreender o princípio gerador que funda as diferenças na objetividade, desnaturalizando-as e promovendo a liberdade na produção do mundo: “[...] todos os valores universais são, de fato, valores particulares universalizados, portanto, sujeitos à suspeição (a cultura universal é a cultura dos dominantes)”. (BOURDIEU, 1996, p. 155).

A racionalidade técnico-instrumental empurraria a sociedade para uma ordem única, urbano-industrial, que nega as outras formas de ver e desejar o mundo. Para Tassara & Ardans (2003) a

racionalidade por definição é inseparável da argumentação e da crítica de suas premissas, oposta à racionalização. Racionalização é o processo no qual as premissas são desconhecidas ou deliberadamente escamoteadas e, assim, não são submetidas à crítica. Na racionalização, o argumento posta-se como “verdade” racional. Por isso, cabe aos espaços de participação contribuir para a superação da hegemonia da economia e da racionalidade instrumental nas percepções do desenvolvimento, trazendo de volta a ele sua humanidade (FERRARO, 2002).

Uma proposta de intervenção deve incentivar discussões éticas, políticas e conceituais como subsídio ao planejamento dos coletivos (TASSARA, 1998). O desafio é construir o “clima pedagógico” que permita o desmonte dos discursos ideológicos. O papel dos técnicos seria o agenciamento de enunciações (GUATTARI, 2000), contribuindo para a desideologização do espaço de locução, o desmonte dos discursos e a emergência do sujeito coletivo.

O conhecimento emancipatório exige o enfrentamento do monopólio da interpretação e depende da proliferação de comunidades interpretativas. A comunidade é reinventada pela resistência à colonialidade e pela solidariedade exercitada em novas práticas sociais (SANTOS, 2002).

Na práxis há sempre um por fazer específico que é o desenvolvimento da autonomia do outro (CASTORIADIS, 1982). Em lugar de induzir o outro a abandonar a sua autonomia, ao afirmar que ele se encontraria frente ao próprio *logos*, como fez Heráclito, trata-se de fazer o encontro das diferenças em uma comunidade de humanos.

O esforço anticolonialista é o esforço contra a racionalidade instrumental, contra a coisificação do mundo para um projeto anunciado. Os indivíduos e os lugares são coisificados pelos que têm um projeto. A racionalidade instrumental depende de um conceito de totalidade feita de partes homogêneas – razão metonímica – e de um futuro já anunciado – razão proléptica (SANTOS, 2005). São estas as duas bases de reificação do mundo.

Uma intervenção deve ultrapassar o processo catártico de “dar voz aos pouco escutados” (GIROUX, 1999) e evitar que, no coletivo, estejam reproduzindo-se os modos de subjetivação dominante (GUATTARI, 2000).

O que parece simples na teoria é complexo na prática. Os espaços de produção desses conhecimentos emancipatórios são, ao mesmo tempo, argumentativos e intersubjetivos (HABERMAS, 1987). Neles estarão expressos os conflitos que marcam a sociedade (TOURAINÉ, 1989). A compreensão entre as pessoas está modulada por um ambiente conflituoso, de disputas pessoais, institucionais e ideológicas (MALAGODI, 2002).

Dentro da ação libertadora calcada na racionalidade, há elementos mais sutis como saber escutar (FREIRE, 1996) ou conhecer o sofrimento dos homens para superar a tecnocracia (BOURDIEU, 1999). Cabe aqui enunciar, sem resolver, a oposição entre o ideal comunicativo-racionalista e o ideal da diferença-pluralidade. Para Castoriadis (1982, p. 196) o que “interessa na história é nossa alteridade autêntica”. Para ele não é possível, ou ético, um projeto especulativo da história total, “a história é sempre história para nós”, para o sujeito que fala e encontra outros que também falam sobre as possibilidades daquele tempo e lugar. Sem essa localização de quem fala, de quem propõe, há o risco da alienação e da tentativa de incorporação do outro como meio, até um fim particular.

Arendt (2000) emprega o termo ação em contraposição à mera atividade produtiva, à fabricação de objetos de uso e aos meios usados para um fim predeterminado. A ação e o discurso existem porque os homens são diferentes. A alteridade revela a comunhão com tudo o que existe e a distinção entre os entes que partilham o mundo. A ação só existe se o indivíduo revela-se, quando manifesta-se não como instrumento, mas como humano distinto do outro humano. A revelação depende da resposta primeira à pergunta inicial do encontro: “Quem é?” Ao revelarem-se os indivíduos humanizam-se, deixam de estar “contra” e “pró” finalidades definidas fora daquele encontro. Sem assumir o risco da revelação dos atores, os espaços de comunicação não se tornam lugares de encontro, apenas reúnem solitários e/ou adversários que propagandeiam formulações extrínsecas a eles mesmos.

Alteridade é o encontro humanizador no qual as pessoas se veem e se (re)conhecem, estabelecendo uma relação Eu–Tu (BUBER, 1987). Os cuidados e os riscos presentes na alteridade têm relação com os conceitos de “dádiva” e de “aliança” (MAUSS,

1974). Lévinas (2005) aproxima alteridade e dádiva quando afirma que deve haver uma gratuidade pelo outro, uma responsabilidade que já dormita na saudação e que é anterior aos relatos e informações trocados.

Dádivas visam uma aliança entre as pessoas. Sem apelos morais e sem elaborar uma solidariedade meramente funcional, a dádiva possui uma matriz compósita, nem altruísta e nem utilitarista (GAIGER, 2005). A dádiva configura um sistema de política e ação, uma visão de mundo e de relações sociais (CAILLÉ & GRAEBER, 2002).

No modelo da dádiva, o sistema de ação busca o aumento da liberdade e capacidade dos outros. A elaboração de uma finalidade extrínseca traria ao coletivo um processo desumanizante “na medida em que se produz como unidade do ajuntamento pela coisa” (SARTRE, 2002, p. 409).

A busca por induzir a ação política corre o risco de tratar a comunidade como um todo homogêneo, massa para a ação. As relações pedagógicas devem centrar-se numa participação que desvele potência de ação, cultivada na (e pela) reflexividade (TASSARA & ARDANS, 2003).

Idealizações e intervenções nos fundo de pasto

Neste estudo sobre as intervenções sociais sobre os FP são utilizadas ambas as óticas, alteridade e racionalidade. Desenvolveram-se entrevistas semiestruturadas com técnicos das diversas instituições, observação participante² e coletas de relatos dos agricultores sobre as intervenções, cuja observação (de formas e métodos) pode muito revelar sobre conteúdos não ditos.

As questões, sempre abertas, abarcavam o histórico do envolvimento da instituição, os conteúdos e formas das ações desenvolvidas. Buscava-se compreender a utopia (O que se deseja com essa ação? Qual o cenário ideal para os FP? Se não houvesse limite de recursos para atuação de sua instituição, o que vocês realizariam?) e o lugar/papel do técnico nessa construção.

Há instituições e pessoas, inclusive do governo, que demonstram grande compromisso com os FP. Instituições e técnicos possuem fortes opiniões

sobre seu papel e sobre a direção ideal para os FP. Aquilo que deve ser decidido, muitas das vezes, já está pronto na mente do técnico. A pressa para que os FP tomem determinadas decisões demonstra, a um só tempo, o compromisso pessoal e a incapacidade de enxergar o outro e a diversidade. O atropelo aos processos dos grupos de agricultores parece-lhes sempre legitimado por um objetivo maior da defesa e fortalecimento do próprio grupo atropelado.

A indução externa a determinadas formas de organização envolve custeio da logística, elaboração de pautas e estatutos. A tutela sobre a forma de organização social ocorreu, principalmente, quando da criação das associações comunitárias. A tutela ainda existe nas outras escalas de organização do movimento, tanto regional como estadual. Em grande medida, é resultado de uma percepção da urgência de respostas coordenadas nos diferentes âmbitos de interesse.

Como forma de agilizar processos e facilitar a elaboração de documentos e relatos, os técnicos privilegiam as lideranças formais e as pessoas mais letradas. Ao ocuparem os espaços de locução e as representações políticas, as pessoas letradas contribuem para maior fluidez do debate e melhor desdobramento das decisões. Este processo reforça hierarquizações e distanciamentos internos às comunidades e ao movimento. Esta valorização da agilidade e do letramento revela a colonialidade.

Quando os representantes dos FP, mesmo mais letrados, demonstram lentidão ou titubeiam frente aos interlocutores externos, as assessorias tomam a frente do diálogo. Fazem-no por temer a manipulação pelos agentes de governo ou para garantir o comprometimento destes com decisões tomadas.

As pautas e programações de eventos são organizadas pelas assessorias com foco nos produtos e não no processo do grupo, planejando os espaços de modo sistemático e pouco flexível. Os tempos programados estão invariavelmente interrompendo momentos de reflexão e indicando a passagem para o momento de decisão ou para outra temática. Os processos de participação ficam parecidos com

² Tal observação *in loco* refere-se tanto à intervenção em comunidades quanto em reuniões do movimento e reuniões da articulação com o Estado.

gincanas, nas quais cada subgrupo precisa, em determinado tempo, entregar determinado produto. O foco no produto privilegia os letrados.

Outro problema é a complexidade de alguns temas, cuja abordagem as assessorias não logram simplificar. Um indicador simples deste processo é a diferença entre um espaço público travado (discussões mornas, oligopólio das expressões, passividade) e a fluidez de múltiplos encontros bilaterais ou em pequenos grupos observável nos momentos livres.

Por sua carência, aumentou a disputa por recursos governamentais e de doadores internacionais. A necessidade de “mostrar serviço” e ganhar espaço junto aos agricultores gera, em algumas situações, discursos que podem ser classificados como propaganda e que roubam tempos e espaços preciosos à reflexão e à troca de experiências entre os agricultores. Não é raro ouvir acusações entre instituições. A mais grave delas é a de que determinada organização tornou-se tutelada pelo financiador (*donnor driven*). Os assessores limitam as possibilidades dos agricultores porque estão determinados por uma orientação que lhes é exterior.

Embora exista forte relação pessoal com os agricultores, as assessorias dificilmente revelam-se (no sentido apontado por Arendt, 2000). Não se vê os agentes das instituições exporem sua lógica, sua visão, suas razões, suas condições ou suas dúvidas.

Categorias de conteúdo de idealização e ação

Utilizando o recurso do “tipo ideal” weberiano, propõem-se aqui três categorias de idealização das intervenções sobre os FP. Entendê-las como “tipos-ideais” é importante para não estigmatizar ou essencializar qualquer instituição ou pessoa. Em cada categoria buscou-se expressar a imagem idealizada e caracterizar sua orientação política.

Não foi feita a identificação de qual instituição aproxima-se e expressa mais determinada categoria, por duas razões: a principal é pedagógica e a outra é política. Sobre a primeira, espera-se que na leitura deste texto as pessoas e instituições possam

reconhecer-se numa ou mais categorias. É possível que esse autorreconhecimento tenha algum papel pedagógico, terapêutico, na medida em que for um espelho revelador de aspectos que precisam ser valorizados ou evitados.

Sobre a razão política, esta não é uma peça de acusação, mas de reflexão. Não se refere aqui aos adversários dos FP, mas a seus principais aliados, profissionais que atuam segundo o que imaginam ser o melhor. Em muitas falas está presente uma angústia em relação às intervenções. Parte dos técnicos tem a vida pessoal prejudicada pela atenção que dedicam. Desqualificar de alguma forma seu trabalho seria vergonhoso.

Há crescente preocupação com as divisões causadas pelas diferenças entre as instituições que assessoram os FP. Os conflitos originam-se nas divergências políticas, fruto das diferentes utopias, e das diferentes formas de atuação, que estão sempre relacionadas entre si e, desafortunadamente, nunca são explicitadas. A diferença em relação ao uso de recursos governamentais tem enorme poder disruptivo, ainda que no cotidiano as pessoas permaneçam cordiais. As próprias assessorias expressam preocupação com a cacofonia que aportam aos FP e sobre como resolver estes desencontros.

Utopia da modernidade

A imagem orientadora é a do FP burguês. A mesma imagem do “novo rural” e do “rurbano” (VEIGA, 2001), parte da sociedade de consumo. Alguns chegam a formular o desenvolvimento dos FP em etapas, a saber: regularização do domínio sobre a terra, associação, viabilização econômica, formação e novas conquistas (comercialização, internet, telefonia). Na expressão de um técnico, “pequenos têm que pensar como grandes.” O progresso econômico tem uma estratégia definida: viabilizar múltiplos pequenos empreendimentos produtivos por meio da formação de grupos de interesse.

Após a resistência aos agentes externos da modernidade resta a utopia modernizante. Sem perceber-se na condição de colonialidade, torna-se um reforço ainda maior da mesma. Esses agentes requerem ainda mais letramento e priorizam o diálogo com pessoas jovens e dinâmicas. A utopia

da modernização encontra maiores facilidades para obter recursos para suas ações, o que acaba gerando situações de evidente subordinação às orientações do financiador. Próximas a esta categoria estão instituições que, com maior ênfase, se fazem a pergunta: “E agora? Qual o próximo passo após a resolução do conflito?” O conteúdo que se revela é resultado de certa coerência destes atores. “Como posso propor uma vida de pobre simplicidade camponesa se eu mesmo vivo e preciso das comodidades urbanas?” Segundo esta perspectiva, os FP precisam encontrar meios para viver com dignidade, entendida como acesso ao consumo.

A perspectiva sobre regularização fundiária tende a rejeitar a proposta de concessão de direito real de uso, “porque negar ao pobre o que é direito do rico?” Privilegiam-se conteúdos relacionados às tecnologias de produção, processamento e comercialização.

Para os aspectos produtivos as palavras de ordem são maximizar e racionalizar. Foca-se a promoção de técnicas como a silagem, a fenação, o rebaixamento da caatinga e o banco de forrageiras com leguminosas. Defende-se a melhoria genética dos caprinos, superando os limites de produtividade dos animais nativos. Por vezes, a área comum é vista como inviável e não funcional. Há ainda, na pós-produção, propostas de verticalização, aprimoramento de produtos (qualidade de cortes, produção de embutidos, rotulagem, embalagem), cooperativismo, certificação e estratégias de comercialização. Há o ideal de exportar produtos certificados na rede mundial do comércio justo. A organização política, a área comunal e a identidade social são meios para um fim maior, o desenvolvimento. A área e os empreendimentos comuns justificam-se pelo apelo comercial, pelo ganho de escala e porque, muitas vezes, é a forma viável de realizá-los.

Os “modernizadores” buscam financiadores com mais liberdade, inclusive os financiamentos públicos de projetos. O discurso de gênero também aparece associado (e reduzido) à maior higiene, detalhismo e agilidade das mulheres, que conseguem empreender atividades simultâneas com competência. As mulheres, segundo os técnicos, possuem maior habilidade para gestão e estão mais interessadas em processos de mudança.

Alguns acreditam que nos FP há uma cultura diferenciada, solidária, outros não concordam com essa diferenciação. Para eles, integrante de FP é como qualquer agricultor. Ao perceberem a falta de motivação para mudanças, questionam: “Fico me perguntando por que são tão amarrados no lugar em que nasceram e não se mexem?” A perspectiva essencialista e homogeneizada dos grupos é marcante. Há uma imagem inescapável do futuro moderno.

Utopia comunitarista

A imagem utópica é a mesma das primeiras comunidades cristãs: simplicidade, comunhão, harmonia nas relações, justiça social, ausência de conflito e abundância. O futuro desejado se parece com o passado, do qual propala-se uma versão romantizada. É o tempo em que havia mutirões, adjutórios, lazer e amizade; criavam-se os filhos com tranquilidade, com simplicidade, sem ganâncias, preservando-se o ambiente.

O desafio é buscar e/ou manter o estado pré-globalização. A utopia é um retorno ao passado, uma rejeição à modernização, entendida como a distopia (lugar oposto ao utópico) contra a qual o pobre deve mobilizar-se. Assim, não há nesta vertente uma utopia, mas uma antidistopia. O objetivo é evitar a mudança e acabar com os conflitos. Busca a manutenção do estado das coisas ou até o retorno a um imaginado estado original. O desafio à preservação do estado atual está em proteger seu modo de vida e de produção. Os temas principais são a defesa do território, da caatinga e dos animais. Quanto à volta a um imaginado estado original fala-se em resgate da cultura, dos costumes, dos mutirões, de festas antigas e de formas originais de organização. Há uma crítica às formas modernas de organização, como a associação e a cooperativa.

O disparador da ação dentro da utopia comunitarista é o conflito com o agente externo. Os conflitos internos são lidos como desdobramento da intervenção externa. Sem a intervenção externa, o interno seria harmônico. Há o desejo de que haja mínimo contato dos FP com o mundo externo. No contato com o mundo urbano o jovem desvirtua-

se, perde valores e passa a buscar mudanças que ameaçam sua comunidade.

O paradoxo da ação na utopia comunitarista é que, ao politizar suas práticas e incorporar o conflito como base da agregação social, pode dilapidar as suas próprias bases de ação. É o que foi apontado por Gaiger (1996) em seu estudo sobre a religiosidade camponesa e seu papel na mobilização dos sem-terra. O crescimento do interesse pela ação política não bloqueia a transição cultural, antes a acelera.

A utopia comunitarista tem sido a principal responsável pela resistência dos FP, pela maior parte de sua força política e sua articulação. São os parceiros de primeira hora de uma comunidade em situação de conflito. Disponibilizam pessoas e recursos para organização e assessoria jurídica. Divulgam as situações de conflito junto ao Estado e à mídia. Por outro lado, focando apenas o conflito, não contribui com a quebra da imagem hegemônica da modernidade. Perde-se um pouco do rumo e do sentido da ação quando o conflito é resolvido. Os sujeitos têm percebido e vivido essa crise. Há uma crescente sensação de deslocamento no tempo e da inapropriação do discurso da simplicidade comunitária: “Essas coisas que a gente defende ficam no imaginário, é imaginário. O concreto mesmo é o individual, é o hegemônico.”³

Há ainda, como resultado da mobilização política, um reforço do letramento em detrimento da oralidade que amplia a possibilidade de que o futuro do grupo social seja orientado pela sua vanguarda mais moderna. Desta forma, mesmo uma imagem antimoderna pode ser um reforço à modernização. Carrega o binômio moderno-colonial por meio das dimensões simbólicas da colonialidade. Ao projetar uma imagem de futuro como passado (inalcançável), a utopia comunitarista deixa um vazio. Após a resistência resta uma ausência que tende a ser preenchida pela utopia modernizante. A antidistopia, incapaz de produzir novas imagens, é a antessala da modernização. Há, inclusive, uma sequenciação, observada na realidade, em que agentes modernizadores sucedem-se aos comunitaristas.

A caprinocultura ultraextensiva, o extrativismo vegetal e os roçados de subsistência compõem a imagem da produção comunitária. Para que se possa viver assim, deve haver limitação das ex-

pectativas de consumo, limitação aos desejos de individualização de terras, rejeição aos cercamentos e atenção à formação dos jovens.

Para alguns, esta imagem ideal dos FP inclui a ampla reconquista dos espaços perdidos. Deseja-se a harmonia de uma nação dos FP, um enorme e único compásco. Isso implica retomar áreas griladas, expandir sobre terras devolutas, organizar novas comunidades de jovens e recuperar a caatinga sempre que necessário. Há uma perspectiva essencialista das comunidades, tidas como unidades totais. Procura-se silenciar as diversidades internas, principalmente quando expressam o desejo de modernidade. O futuro, pela consciência da impossibilidade de um retorno ao passado, é tristemente anunciado.

Utopia pós-moderna

Esta categoria de ação pode ser entendida quase como uma não ação. Fundamenta-se na prática de “dar voz” aos silenciados, fazer emergir a diversidade que seria peculiar ao FP, que é elaborado como um modo de vida, uma identidade coletiva que deve ser reconhecida. A pluralidade é tão somente o registro das diferenças e idiossincrasias.

Como na antropologia pós-moderna, recorre à polifonia, às histórias de vida, à pluralidade dos testemunhos, sem admitir generalizações ou comparações. “A razão pós-moderna só lhe deixaria a tarefa de orquestrar, sem outra pretensão, alguns ecos da polifonia mundial” (AUGÉ, 1997, p. 61). Produz-se assim “um mundo inofensivamente plural” (LARROSA & SKLIAR, 2001, p. 12). É aquilo que Santos (1999) denominou como pós-modernismo reconfortante ou de celebração. As sociedades não têm nada a realizar que esteja para além delas mesmas.

Os agentes atuam em oposição a todos os atores que tentam elaborar propostas para os FP. Ninguém externo deve entrar na discussão sobre as melhores ou piores escolhas do coletivo. Percebem pouca necessidade de intervenção ou reflexão política. Seu papel resume-se a abrir espaços de locução e registrar enunciações.

³ Depoimento de um técnico.

Se algum problema ainda não se resolveu, sobre pastoreio ou falta de terras, é porque ainda não incomodou o suficiente. Os agentes externos não deveriam preocupar-se, sob o risco de serem-se compelidos a tomar um lugar que não lhes pertence. A utopia pós-moderna está comprometida em não gerar imagens de futuro. Celebra-se a diversidade presente e confia-se em sua dinâmica. Na medida em que a ação de mapear e registrar a diversidade não conduz a um esforço argumentativo para revelar futuros possíveis, o resultado da ação é também o vazio de imagem. O agente se isenta de responsabilidades. Os espaços de partilha gerados para conhecer a diversidade não apontam para nada além deles mesmos. Dentre estes atores encontram-se os sujeitos mais comprometidos com uma construção participativa. São os menos propositivos e menos invasivos.

Nesta categoria, percebe-se o estado puro do encontro como ética possível, como fim em si mesmo; não se essencializa e não se funcionaliza indivíduos ou grupos. O compromisso com a não enunciação de um lugar a se buscar pode ser entendido como uma atopia, uma falta de lugar e de destino; um futuro vazio que não precisa ser enunciado. Cabe ao agente da atopia apenas fazer uma cartografia do presente e da diversidade.

Conclusões

Há uma enorme cacofonia em torno dos FP. O sítio como mestre (Zaoual) precisa filtrar, manipular, jogar e manter sua autonomia frente aos “outros”. Os locais têm que lidar com este turbilhão de projetos, ideias, conflitos e poderes que aproximam-se. Por vezes, o jogo político transcende os espaços de comunicação e decisão. É o que ocorre na elaboração de grandes projetos que envolvem dezenas de associações, quando da articulação com outros movimentos e em reuniões com secretarias de estado para a definição de políticas. E aí, quem é o mestre? Há uma ágora que inclua os sítios? Como fica a autonomia local numa ágora que os define, mas não os contém? Toma-se o lugar da fala dos FP e opera-se o jogo político segundo crenças, ou mesmo interesses pessoais.

Os agentes não se revelam totalmente, ou a imagem que os orientam, ou as condições e moti-

vações pessoais. O encontro humano não orienta as intervenções, todas estão comprometidas com suas imagens e buscam persuadir as pessoas a aderirem às suas propostas. Há uma manipulação que se percebe legitimada pelo “bem comum” que cada agente reconhece em sua idealização. “Bem comum” que não foi acordado porque não se expôs e, tampouco, as suas premissas. Estando os agentes comprometidos pela condição de colonialidade, todas as suas ações a reforçam e a reproduzem, mesmo sem percebê-lo. A racionalidade, proposta no conceito de comunidade interpretativa, pode reforçar a capacidade de elaborar caminhos, tanto por parte das instituições, como por parte das comunidades. É preciso percorrer racionalmente as premissas, as hipóteses, as visões e as esperanças que subjazem os argumentos.

Para que tal processo argumentativo ultrapasse os limites da racionalidade instrumental, a alteridade aponta caminhos para reduzir o risco de coisificar o outro e tratá-lo como meio. Se por um lado a racionalidade pode desinstrumentalizar o discurso ideológico, a alteridade desinstrumentaliza o utilitarismo e, assim, fortalece as intervenções contra o risco de estabelecerem-se como ideologias.

É desejável que o foco da intervenção seja a aprendizagem social. É possível fazer de um espaço político-organizativo um espaço intencionalmente educador. O trabalho de construção dos espaços participativos demanda uma ação pedagógica explícita.

Ainda que as questões urgentes assim permaneçam, os tempos da intervenção precisam dar lugar aos tempos dos grupos. Há um recorrente esquecimento do processo e do desenvolvimento do grupo que planeja. A pressa nas intervenções está sempre justificada por respostas que o agente julga corretas e urgentes. A restrição das intervenções ao planejamento instrumental e às oportunidades abertas reforça a falta de criatividade e a dificuldade para encontrar caminhos novos.

O principal desafio às intervenções é a crise do imaginário. Trata-se de uma crise das imagens disponíveis e da dificuldade em dar lugar a processos instituintes. Sem um reforço da capacidade imaginária, as intervenções pouco poderão realizar fora da modernidade. São atos de reforço da condição de colonialidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 352 p.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 192 p.
- BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos Santos. A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. In: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 360 p.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 178 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1996. 232 p.
- _____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999. 152 p.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361 p. (Coleção estudos, 20).
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 322 p.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p.
- BURSZTYN, Marcel; LEITÃO, Pedro; CHAIN, Arnaldo (Orgs.). **Que crise é esta?** São Paulo: Brasília, DF: Brasiliense, 1984. p. 69-101.
- CAILLÉ, Alain; GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.17-32.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87 p.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186. (Colección Sur Sur).
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Globo, 1997. 750 p.
- FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Indicadores de processos em educação para a sustentabilidade: enfrentando a polissemia do conceito pela vinculação deste aos conceitos cultura, tecnologia e ambiente. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 281-301, jul./dez. 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 1996. 165 p.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974. 218 p.
- GAIGER, Luiz Inácio G. Apontamentos sobre o vínculo social e a solidariedade contemporânea. [S.l.]: ANPOCS, 2005.
- _____. Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 10, n. 27, p. 111-127, 1996.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed.Unesp, 1991. 177 p.
- GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 298 p.
- GUATARRI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografia do desejo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 327 p.
- HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative action: lifeworld and system: a critique of a functionalist reason**. Boston: Beacon Press, 1987. v. 2, 457 p.
- HAESLER, Aldo. A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-160.
- LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônios somos. O modo de apresentação. In: _____. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-30.

- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005. 302 p.
- MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Otimizando a conservação ambiental: sem arena de disputas, sem pactos, sem conhecimentos construídos, sem partilha do poder? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1.,2002. Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 67 p.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2. p. 37-184
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103. (Colección Sur Sur).
- SAFRA, Gilberto. Memória e subjetivação. **Memorandum**. São Paulo: USP;PUC, v. 2, p. 21-30, abr. 2002.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 232 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999. 350 p.
- _____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 904 p.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **Avaliação de projetos sociais**: uma alternativa política de inclusão. São Paulo: Lab-social, 2002.
- _____. Utopia e antiutopia: o ressuscitar da história. In: SOUZA, L. de; FREITAS, M. F. Q. de; RODRIGUES, M. M. P. (Orgs.). **Psicologia**: reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 13-24.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; ARDANS, Omar Bonafacino. Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea. **Revista Imaginário**, São Paulo, n. 9, p. 15-31, 2003.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; DAMERGIAN, Suely. Para um novo humanismo: contribuições da psicologia social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 291-316, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 67-92, 1989.
- VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed.UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. v. 1, 422 p.
- WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001. 259 p.
- ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.
- ZEA, Leopoldo. **Discurso desde la marginación y la barbárie**. Barcelona: Anthropos, 1988. 288 p.

Recebido em 23.04.10

Aprovado em 09.06.10